



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 123/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0050334/2020-31

Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 3182/2020
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: **21632424**

Processo SLA: 3182/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR: R A Brandão

CNPJ: 15.463.735/0001-29

EMPREENDIMENTO: R A Brandão

CNPJ: 15.463.735/0001-29

MUNICÍPIOS: Presidente Juscelino /MG e Gouveia/MG

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Empreendimento localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV/ICMBio
- Empreendimento está/estará localizado em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.

CÓDIGO:

ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN
COPAM 217/17):

CLASSE

CRITÉRIO
LOCACIONAL

A-03-01-8

Extração de areia e cascalho para utilização
imediata na construção civil

2

1

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

Ricardo de Souza Santana- Biólogo	2020/06927
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Marcos Vinicius Martins Ferreira Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo: Karla Brandão Franco Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.401.525-9



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 10/11/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Brandao Franco, Diretor (a)**, em 18/11/2020, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21632038** e o código CRC **FEDE276B**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento **R A Brandão**, localizado na divisa entre os municípios de Presidente Juscelino/MG e Gouveia/MG, formalizou em 13/08/2020, via sistema de licenciamento ambiental simplificado (SLA), o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) de nº 3182/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). A atividade do empreendimento, objeto deste licenciamento foi enquadrada na Deliberação Normativa (DN) 217/2-17 como **“Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”** (código A-03-01-8), com produção bruta de 9.500 m³/ano. O porte do empreendimento justifica a adoção do licenciamento simplificado, considerando a incidência de critério locacional 1 (um).

O empreendimento operou por meio da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) nº 00779/2014 (04440/2006/003/2014), que certificou a realização da atividade “extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” (código A-03-01-8, DN 74/2004), com produção bruta de 30.000 m³/ano, na poligonal da Agência Nacional de Mineração (ANM) 830280/2006.

O empreendimento contará com 03 colaboradores que trabalharão em turno único, 06 dias por semana. A extração de areia será realizada por meio de uma draga flutuante contendo bombas de sucção e recalque, instalada no curso d'água (Rio Paraúna). Por meio de uma tubulação flutuante, a polpa, constituída de água e areia/cascalho, será enviada ao depósito ou praça de areia onde aguardará sua comercialização. Após o envio do material para o local de estocagem a água seguirá para uma bacia de decantação e posteriormente, através de canaletas seguirá novamente para o curso de água.

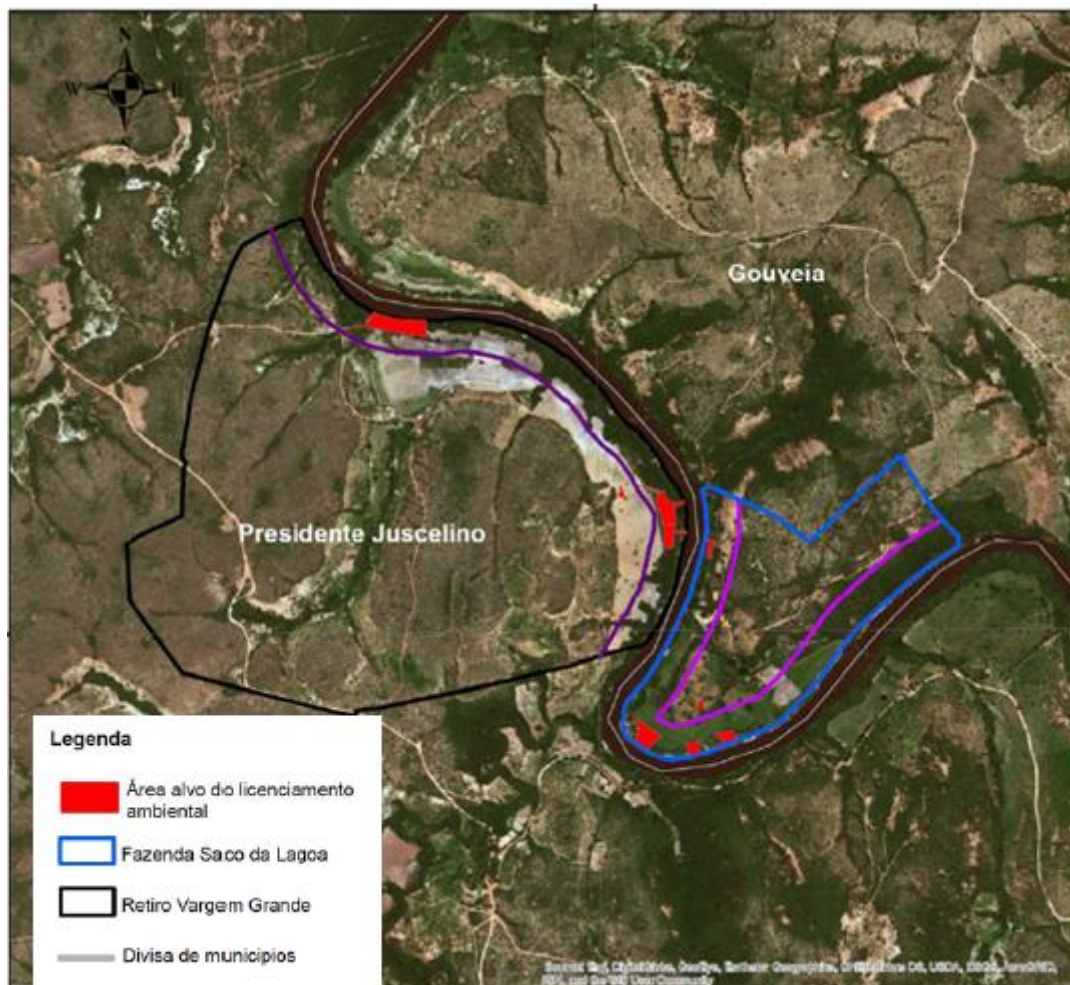
A atividade a ser realizada pelo empreendimento se trata de extração de areia na calha do rio Paraúna, nas poligonais da **ANM nº 830.280/2006 e nº 830.543/2015**. A extração de areia será desenvolvida em dois locais denominados área 1, localizada no município de Presidente Juscelino/MG, e área 2, localizada no município de Gouveia/MG, conforme tabela 01 e figura 01, a seguir.

Tabela 01: Descrição das áreas do empreendimento

Nome	Área alvo do licenciamento ambiental	DAIA	Localização das frente de extração mineral (areia)	
			Imóvel rural	Município inserção
Área I	1,6100 ha	0037300-D (1,5800 ha) (0,03 ha) pastagem	Retiro Vargem Grande	Presidente Juscelino/MG
Área II	0,8742 ha	0031424-D (0,8442 ha) (0,03 ha) pastagem	Fazenda Saco da Lagoa	Gouveia/MG
Área alvo do licenciamento ambiental	2,4842 ha	-	-	-

Fonte: Tabela inserida nos autos do processo.

Figura 01: Área alvo do licenciamento



Fonte: Figura inserida nos autos do processo.

Ressalta-se que o empreendedor possui apenas 01 draga para a realização da atividade e, em função disso, a extração de areia ocorrerá sempre de forma rotativa, não havendo possibilidade de operação ao mesmo tempo nas áreas 1 e 2.

Conforme demonstrado na tabela 1, foram apresentados os documentos autorizativos para intervenção ambiental (DAIA) nº 37300-D (área 1) e nº 31424-D (área 2) que certificam a intervenção em áreas de preservação permanente (APP), **sem supressão de vegetação nativa**, em áreas de 1,58 hectares e 0,8442 hectares, respectivamente.

Para a realização desta atividade o empreendimento possui a portaria de outorga nº 1301300/2018, de 07/12/2018 (processo 05041/2016), para dragagem em curso de água para fins de extração mineral, com vazão autorizada de 4,34 l/s, 8 hs/dia, 20 dias/mês, limitada às coordenadas geográficas 18°39'44,00 S e 44°01'53,00" W (ponto inicial) e 18°40'38",00 S e 44°01'10,40 W (ponto final).

O empreendimento conta com área coberta e piso impermeável onde serão realizadas as manutenções dos motores. Este local possui canaletas integradas a caixa separadora de água e óleo (CSAO).



No tocante ao consumo de água no empreendimento, foi informado que serão utilizados até 0,28 m³/dia, para fins sanitários, até 28,52 m³/dia na aspersão de vias. Esta água será adquirida por meio de captação superficial. Neste sentido, foram apresentadas as certidões de uso insignificante a seguir:

- Certidão 206216/2020: certifica a captação de 1,000 l/s de águas públicas do rio Paraúna, durante 08:00 hora(s)/dia (**totalizando 28.800 l/dia**) , no ponto de coordenadas geográficas de latitude 18° 40' 10,49"S e de longitude 44° 1' 16,7"W; e

-Certidão 206212/2020: certifica a captação de 1,000 l/s de águas públicas do rio Paraúna, durante 08:00 hora(s)/dia (**totalizando 28.800 l/dia**) , no ponto de coordenadas geográficas de latitude 18° 40' 35,95' S e de longitude 44° 1' 8,67" W.

Foi informado que a água a ser utilizada no consumo humano, cerca de 20 litros/dia, será fornecida em galões de água mineral.

Quanto aos impactos ambientais a serem gerados pela atividade, foram citados a geração de efluentes sanitários e oleosos, de resíduos sólidos, de emissões atmosféricas e de ruídos.

Quanto aos efluentes sanitários foi informado que os mesmos serão destinados a um a fossa séptica e posteriormente a um sumidouro. Os efluentes oleosos, provenientes de possíveis vazamentos durante a manutenção dos motores, serão destinados a uma CSAO e em seguida serão armazenados em tambores, antes de serem coletados por empresa especializada.

No que se refere aos resíduos sólidos, papel, plástico, papelão sucatas metálicas serão destinados à reciclagem. Os filtros de óleos das máquinas e caminhões, os recipientes de óleo lubrificantes, os trapos e estopas contaminados com óleos e graxas, a lama da CSAO e os resíduos da fossa séptica serão destinados a empresas especializadas. Com relação aos resíduos de característica doméstica, não foi informada a sua destinação final. Cabe informar que a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos a serem gerados no empreendimento é da responsabilidade do empreendedor (gerador) e será condicionante deste processo o automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos gerados no empreendimento.

Em relação às emissões atmosféricas, a geração de particulados oriunda da movimentação de veículos será mitigada por meio de aspersão de água nas vias e também através de controle de velocidade dos veículos na área do empreendimento. A emissão de gases veiculares será mitigada através de manutenção preventiva nos motores dos veículos e equipamentos.

Quanto aos ruídos a serem gerados em função da operação do empreendimento, serão mitigados por meio de manutenção periódica dos motores.

De acordo com a Infra estrutura de Dados Espaciais do SISEMA (IDE SISEMA), incidem sobre a área na qual o empreendimento realizará sua atividade os seguintes critérios locais:

- Empreendimento localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV/ICMBio: foi apresentado relatório de prospecção espeleológica elaborado pelo biólogo Ricardo de Souza Santana,



sob a anotação de responsabilidade técnica 2020/06927. Neste relatório foi informado que *“após as investigações realizadas em campo através do caminhamento espeleológico e cruzamento dos dados primários com os secundários, verificou-se que NÃO há cavidades na área alvo deste estudo”*.

- Empreendimento está/estará localizado em reserva da biosfera, excluídas as áreas urbanas: o empreendimento está inserido na zona de transição da reserva da biosfera da Serra do Espinhaço. Neste sentido, foi apresentado relatório, elaborado pelo biólogo Ricardo de Souza Santana, sob a anotação de responsabilidade técnica 2020/06927. Neste relatório não foram identificados e informados impactos ambientais além daqueles já mencionados no RAS.

Cabe informar ainda que, a critério do órgão ambiental, o empreendimento poderá passar por ações de fiscalização, e neste sentido, caso seja constatada alguma desconformidade em relação às informações prestadas no âmbito do processo de licenciamento, da utilização de recursos hídricos e das intervenções ambientais, **os responsáveis pelo empreendimento bem como os consultores responsáveis pela elaboração das informações apresentadas** serão responsabilizados de acordo com o decreto 47.383/2018, que em seus anexos I, II e III, prevê como infração gravíssima os seguintes atos:

Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na outorga, na autorização para intervenção ambiental ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental (grifo nosso).

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e nos estudos dos critérios locacionais, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **“R A Brandão”**, para a atividade de **“extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”** (código A-03-01-8), nos municípios de Presidente Juscelino/MG e Gouveia/MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “R A Brandão”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Comprovar a compra da água a ser utilizada para o consumo humano.	Semestralmente

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “R A Brandão”.

1- Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da fossa séptica.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.



Local de amostragem: Entrada e saída do sistema de tratamento dos efluentes sanitários (fossa séptica).

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos sólidos e rejeitos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo



3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.